



Raquel Sofia Lopes Francisco

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Coimbra, junho de 2024



Raquel Sofia Lopes Francisco

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Relatório de estágio submetida(o) ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Gestão Empresarial**, realizado sob a orientação da Professora Doutora Maria da Conceição da Costa Marques

Coimbra, junho de 2024

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora deste relatório de estágio, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação do relatório de estágio.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

“The miracle isn't that I finished. The miracle is that I had the courage to start.”

John Bingham

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

DEDICATÓRIA

Dedico o término e realização deste trabalho a todas as pessoas envolvidas nesta minha fase de vida. A vossa presença foi fundamental.

Mãe

Pai

Mano

Avós

Amigos

Família

Namorado

AGRADECIMENTOS

Agradeço incondicionalmente o apoio de um leque de pessoas que guardo e levo comigo no coração:

Agradecer maioritariamente aos meus pais, pela força, carinho e fé que sempre depositaram em mim, não só nesta fase final de curso, mas sim ao longo dos dois anos de mestrado.

Agradecer aos meus colegas de trabalho e a todas as empresas do Grupo Derovo pela partilha de conhecimento no decorrer do estágio e por serem a minha rampa de lançamento a nível profissional.

Agradecer aos meus colegas de curso e amigos por iniciarem comigo esta fase e conquista de vida.

Agradecer à professora Doutora Maria da Conceição pelo apoio e orientação neste relatório de estágio.

E, por fim, agradecer a todas as restantes pessoas envolvidas, que de algum modo, direta ou indiretamente, estiveram presentes nesta minha realização pessoal.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

RESUMO

O presente relatório apresenta como propósito descrever as atividades que foram realizadas no estágio curricular na empresa Derovo S.A., no intuito de conclusão do Mestrado em Gestão Empresarial no Instituto Politécnico de Contabilidade e Administração de Coimbra.

No que toca à parte teórica, destaca-se o Sistema de Normalização Contabilística, as Classes Contabilísticas e a relação da Contabilidade com a Fiscalidade.

A metodologia utilizada neste relatório, relativamente à parte teórica, baseia-se essencialmente na pesquisa de artigos científicos, livros e outros relatórios que abordavam temas idênticos. Quanto à parte prática, o método utilizado foi a observação e aprendizagem retida das tarefas realizadas ao longo dos seis meses de estágio.

O desenvolvimento deste estágio curricular teve como objetivo não só colocar em prática os conhecimentos que foram adquiridos na parte letiva do curso, mas também perceber a realidade do mercado de trabalho. Destaca-se também como objetivo a ambição de adquirir experiência profissional que, permitiu de igual modo, um crescimento pessoal.

Palavras-chave: Contabilidade, Normalização Contabilística, SNC, Demonstrações Financeiras

ABSTRACT

The purpose of this report is to describe the activities carried out during the internship at Derovo S.A., in order to complete the Master's Degree in Business Management at the Polytechnic Institute of Accounting and Administration of Coimbra.

With regard to the theoretical part, we highlight the Accounting Standardization System, the Accounting Classes and the relationship between Accounting and Taxation.

The methodology used in this report, concerning the theoretical part, is essentially based on documental research, such as scientific articles, books and other research reports on similar topics. As for the practical part, the method used was careful observation and learning from assigned tasks carried out over the six months of the internship.

The aim of this curricular internship was not only to put into practice the knowledge acquired during the teaching part of the course, but also to understand the reality of the job market. The goal was also to obtain work experience, which enabling personal growth.

Keywords: Accounting, Accounting Standardization, SNC, Financial Statements

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	1
1 Enquadramento teórico.....	3
1.1 Evolução da Contabilidade e Normalização Contabilística.....	3
1.1.1 . Plano Oficial de Contabilidade de 1977 (POC/77)	4
1.1.2 . Plano Oficial de Contabilidade de 1989 (POC/89)	4
1.1.3 . Diretivas Contabilísticas.....	5
1.1.4 . Sistema de Normalização Contabilística	6
1.2 Importância e relevância da Contabilidade Financeira	11
1.3 Classes Contabilísticas: Classe 6 e Classe 3	12
1.4 Relação da Fiscalidade com a Contabilidade.....	16
2 A Entidade Acolhedora	19
3 Atividades desenvolvidas no Estágio Curricular.....	22
3.1 Integração e conhecimento da empresa	22
3.2 Arquivo	22
3.3 Classificação de documentos	24
3.4 Centros de Custo	24
3.5 Reconciliações bancárias	26
3.6 Lançamentos contabilísticos	27
3.6.1 . Faturas	27
3.6.2 . Pagamentos ao Estado	38
3.7 Acréscimos e Diferimentos.....	39
3.8 Abertura “Fornecedor” e “Fichas Imobilizado”	40
3.9 Fecho do Caixa	41

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

3.10	Pedido de Reembolso de IVA	42
3.11	Guias de Receção	42
3.12	Faturação	43
3.13	Presenças em Formações da OCC.....	45
3.13.1	“Encerramento de Contas de 2023”	45
3.13.2	“Orçamento de Estado de 2024”	45
CONCLUSÕES		46
LEGISLAÇÃO		48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		48
ANEXOS		51
Anexo 1 - 1ª Parte Abertura Fornecedor		52
Anexo 2 - 2ª Parte Abertura Fornecedor		52
Anexo 3 - 3ª Parte Abertura Fornecedor		53
Anexo 4 – 1ª Parte Abertura Ativo		54
Anexo 5 – 2ª Parte Abertura Ativo		54
Anexo 6 – 1ª Parte Entrega Declaração IVA Espanhol.....		55
Anexo 7 – 2ª Parte Entrega Declaração IVA Espanhol.....		56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabelas 1- NCRF	7
Tabelas 2 - Níveis de Normalização Contabilística em Portugal no Setor Público	9
Tabelas 3- Demonstrações Financeiras obrigatórias no SNC-Geral	10
Tabelas 4 - Diários.....	23
Tabelas 5 - Centros de Custo.....	25
Tabelas 6- Compra Matéria Subsidiária	29
Tabelas 7- Compra Embalagens	30
Tabelas 8 - Compra Matéria-Prima	30
Tabelas 9 - Lançamento Serviço Transporte	31
Tabelas 10 - Lançamento Conservação e Reparação	32
Tabelas 11 - Cedência de Instalações	33
Tabelas 12 - Aquisição Gasóleo Verde	33
Tabelas 13 - Portagens em Espanha	33
Tabelas 14 - Consultas Medicina no Trabalho	34
Tabelas 15- Contratação Mão de Obra	34
Tabelas 16 - 1ª Parte Estimativa de Gás	35
Tabelas 17- 2ª Parte Estimativa de Gás	35
Tabelas 18 - Eletricidade	36
Tabelas 19 - IVA Regularizações	37
Tabelas 20 - Diferimento	37
Tabelas 21 - Pagamentos ao Estado	39
Tabelas 22 - Séries.....	43

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Operações e Documentação existente entre Vendedor e Comprador.....	14
Figura 2 - Carimbo da Contabilidade	24
Figura 3 - Exemplo Reconciliação Bancária	27
Figura 4 - 1º Parte Exemplo Lançamento Contabilístico	28
Figura 5- 2º Parte Exemplo Lançamento Contabilístico	28
Figura 6 - 3º Parte Exemplo Lançamento Contabilístico	29
Figura 7- Excel Discriminação Numerário.....	41
Organograma 1- Secções Departamento Financeiro	22

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

CCI – Código da Contribuição Industrial

POC – Plano Oficial de Contabilidade

CCE – Comunidade Económica Europeia

IFRS – International Financial Reporting Standards

IASB - International Accounting Standards Board

NCRF – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro

DF – Demonstrações Financeiras

CIVA – Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

INTRODUÇÃO

O presente relatório insere-se no âmbito da parte não letiva do mestrado em Gestão Empresarial, sendo que este trabalho marca o término da modalidade do estágio curricular.

Com vista a desenvolver aptidões práticas e a conhecer melhor o mercado de trabalho, optou-se pela realização do estágio curricular na empresa Deroovo S.A. O estágio iniciou-se a 11 de setembro de 2023 e terminou a 10 de maio de 2024, totalizando 1328 horas.

O ramo onde se exerceu atividades de aprendizagem empresariais foi em Contabilidade e Fiscalidade.

A realização do estágio apresentou-se como sendo a melhor opção para adquirir conhecimentos práticos e para desenvolver, de igual modo, outras *skills* importantes no dia-a-dia empresarial.

Assim sendo, neste relatório, apresentar-se-á uma vertente teórica e outra vertente de exposição de tarefas realizadas.

O relatório divide-se em 3 capítulos. Inicialmente, no capítulo 1, faz-se um breve enquadramento teórico. Nesta parte teórica aborda-se o desencadear da evolução da contabilidade fazendo referência ao Plano Oficial de Contabilidade (POC) 77, ao POC 89 e, maioritariamente, ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Focaliza-se também o processo da Normalização Contabilística em Portugal, a importância da Contabilidade Financeira, a Classe 6 e a relação da contabilidade com a fiscalidade.

No capítulo 2, faz-se uma breve apresentação da empresa acolhedora e destacam-se alguns pontos principais da história do Grupo Deroovo, como o surgimento das novas empresas, o crescimento da comercialização no mercado dos ovos e, mais recentemente, a nova aposta nos produtos proteicos.

Por fim, no capítulo 3, e, considerando como sendo o ponto crucial e mais importante deste relatório, são descritas e explicadas as atividades que se realizaram no dia-a-dia do estágio. Aborda-se as tarefas que se desenvolveram no departamento financeiro, sendo

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

que, as que mais foram exercidas, a classificação e lançamento de faturas. Dá-se ênfase ao programa informático utilizado, Gexor.

.

1 Enquadramento teórico

1.1 Evolução da Contabilidade e Normalização Contabilística

Portugal tem vindo gradualmente a acompanhar o percurso seguido pela maioria dos países, caminhando para a harmonização internacional aliado da iniciativa legislativa bem como de influências políticas (Duarte, Francisco, Gonçalves e Rito, 2023). Desde a sua fundação até ao final do século XV, as técnicas contabilísticas mostravam-se muito reduzidas (Saraiva e Pires, 2019).

No ano de 1755, surgem em Portugal as primeiras raízes da contabilidade portuguesa, bem como, os primeiros livros sobre partidas dobradas portuguesas. O facto de o ensino da contabilidade e o processo de normalização contabilística só se ter iniciado há cerca de 20 anos justifica-se pela reduzida investigação científica (Santos, 1999). O estudo, aprofundamento e desenvolvimento da área da contabilidade também sofreu um atraso devido à questão de as orientações políticas não permitirem a criação de associações de profissionais (Santos, 1999).

Portugal possuía uma fraca competitividade uma vez que se compunha, maioritariamente, por pequenas empresas e, por essa razão, elaborava-se de forma autónoma a contabilidade de cada uma dessas empresas. Houve também em Portugal algumas pressões com o intuito de se estabelecer normas contabilísticas ao nível da contabilidade pública e também privada (Carina e Rodrigues, 2014). Para atenuar a fraca competitividade de normas contabilísticas, publica-se o Código da Contribuição Industrial (CCI) pelo Decreto-Lei n.º 45103, de 1 de julho de 1963, que tinha o propósito de tributar o lucro real das empresas e não os lucros estimados (Falcão, Silva e Gonçalves, 2019). Os princípios da contabilidade apenas se concretizaram com a publicação do Plano Oficial de Contabilidade de 1977 (Duarte et al, 2023). Nestes princípios englobavam-se os da continuidade, o conservantismo, o custo histórico, o da consistência, o da recuperação do custo das existências e também da efetivação das operações (Pinheiro, 2013).

Conclui-se então que, o CCI assinala o arranque da normalização contabilística em Portugal, uma vez que apresenta proveitos e normas pela primeira vez (Santos, 2002).

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

O III Governo Provisório incluiu a “adoção de planos de contas normalizadas para as empresas” (Saraiva e Pires, 2019, p. 8) no Programa de Política Económica e Social, em 1974. Com a revolução do 25 de abril de 1974, acentua-se a necessidade de se promover a normalização contabilística em Portugal, e, agrega-se ao “Programa de governo” algumas medidas a utilizar pelas empresas (Saraiva e Pires, 2019). Medidas essas cujo objetivo principal seria combater a evasão fiscal (Falcão et al., 2019).

Em novembro de 1974, elaborou-se uma Comissão responsável pelos estudos acerca da normalização contabilística em Portugal, a qual continha 16 membros (Saraiva e Pires, 2019).

Em 1975, a Comissão criada em 1974 foi finalmente oficializada. Nessa mesmo ano, apresenta-se um documento intitulado de “Normalização Contabilística – I Fase” onde se delineavam demonstrações financeiras, princípios, regras contabilísticas e listas de contas (Santos, 1999). Este documento teve por base os planos de contas espanhol, belga e francês (Santos, 2002).

Já em 1976, é apresentado e veio a ser criado, o “Plano Oficial de Contabilidade para as Empresas”, publicado e aplicado em 1977 com o Decreto-Lei n.º 47/77 (Santos, 2002).

1.1.1. Plano Oficial de Contabilidade de 1977 (POC/77)

Em 1977, entra em vigor o primeiro Plano Oficial de Contabilidade (POC). Foi a partir deste ano, que se considera que se deu o arranque da contabilidade portuguesa regida por um normativo próprio e autónomo do fiscal. (Pires, 2009). O POC tem inspiração nos sistemas de contabilidade francês e previa a publicação de planos setoriais e de aplicação geral, excluindo-se, do seu âmbito, as instituições de seguros e de crédito (Saraiva, Alves e Gabriel, 2015).

1.1.2. Plano Oficial de Contabilidade de 1989 (POC/89)

A partir do momento em que Portugal adere à Comunidade Económica Europeia (atualmente, União Europeia – UE), em 1986, fica sujeito à obrigação de implementar duas diretivas muito importantes para o registo da contabilidade (Saraiva et al., 2015). Mais tarde, passou também a estar sujeito à adoção das Diretivas Comunitárias,

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

apresentadas no Regulamento 1725/2003 da Comunidade Económica Europeia (CEE) (Pinheiro, Azevedo e Cruz, 2014). Portanto, em 1989, dá-se a aprovação do segundo POC com a publicação do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro, que revogava o Decreto-Lei n.º 47/77. Considerava-se que o antigo POC estava desatualizado e, assim sendo, pretendia-se introduzir o novo quadro legal nacional das mudanças relacionadas com a adesão de Portugal à CEE (Saraiva et al., 2015). O novo POC aplicava-se a todas as empresas, mas com algumas exceções. Excluía-se os bancos, as seguradoras e as entidades do setor financeiro. Salienta-se também que, no POC/89 consagrava-se a continuidade, consistência, o acréscimo, o custo histórico, a prudência, a substância sobre a forma e a materialidade, como princípios contabilísticos (Pinheiro et al, 2014).

1.1.3. Diretivas Contabilísticas

A Diretiva Comunitária 78/660/CEE, de 25 de julho, também conhecida como IV Diretiva criou-se no ano de 1978. Pode-se afirmar que é o primeiro instrumento legal da Comunidade Económica Europeia dedicado à normalização contabilística das empresas (Guimarães, 2011). Esta diretiva foi transposta para Portugal com o Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro.

Esta diretiva apresenta como objetivo principal atingir algum nível de harmonização sobre a estrutura e apresentação das contas individuais das entidades de responsabilidade limitada, bem como o conteúdo do relatório de gestão e a informação dos documentos que compõem a prestação de contas (Silva, 2016). Desta forma, na diretiva são apresentados esboços e elementos para a preparação do Balanço e da Demonstração de Resultados, assim como, o conteúdo mínimo obrigatório que deve ser apresentado no Anexo (Pinheiro et al, 2014).

Já a Diretiva Comunitária 83/349/CEE, de 13 de junho, conhecida como VII Diretiva, foi transposta para Portugal com o Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de julho e surgiu pela necessidade de elaboração de contas consolidadas, com o objetivo de garantir aos sócios e a terceiros interessados, o acesso à informação financeira do grupo (Silva, 2016).

Assim sendo, a 7ª Diretiva Contabilística (DC) aponta essencialmente para a harmonização contabilística das contas anuais consolidadas, coagindo a “empresa-mãe”

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

a elaborar demonstrações financeiras consistentes e transparentes como se as empresas do grupo correspondessem apenas a uma entidade (Silva, 2016). Foram então exigidos o Balanço consolidado, a Demonstração de Resultados consolidada e o Anexo, sendo que este último, deve evidenciar a informação presente no artigo 34.º da DC 83/349/CEE.

1.1.4. Sistema de Normalização Contabilística

A necessidade da criação do SNC surgia pela reconhecida insuficiência do POC, uma vez que existiam empresas com maior exigência qualitativa relativamente aos relatos financeiros (Saraiva et al., 2015).

Portanto, é em 2009, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com entrada em vigor a 1 de janeiro de 2010, que se dá a criação do SNC. A partir deste ano, deu-se um novo rumo à normalização contabilística em Portugal.

O SNC trata-se de um modelo baseado nas International Financial Reporting Standards (IFRS) adotadas na União Europeia do International Accounting Standards Board (IASB), mas com compatibilidade com as diretivas comunitárias e com incidência na contabilidade (Saraiva et al., 2015). Este novo sistema passou a ser um sistema de base anglo-saxónica para todas as entidades (Caria e Rodrigues, 2014). O grande lema é que o mesmo se baseia em princípios e não em regras (Pinheiro et al 2014). Esta alteração, do POC para o SNC, levou a que as organizações tivessem de se readaptar e exigiu um maior domínio e conhecimento técnico por parte de todos os colaboradores (Saraiva e Pires, 2019).

Integram o SNC, 28 Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que constam do Aviso n.º 8256/2019, de 29 de julho. Na tabela 1, são apresentadas as NCRF, assim como a lista das IAS/IFRS.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 1- NCRF

NCRF nº	Nome	IAS/IFRS
NCRF 1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	IAS 1
NCRF 2	Demonstração de Fluxos de Caixa	IAS 7
NCRF 3	Adoção pela primeira vez das NCRF	IFRS 1
NCRF 4	Políticas	Contabilísticas
NCRF 5	Divulgações de Partes Relacionadas	IAS 24
NCRF 6	Ativos Intangíveis	IAS 38
NCRF 7	Ativos Fixos Tangíveis	IAS 16
NCRF 8	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	IFRS 5
NCRF 9	Locações	IAS 17
NCRF 10	Custos de Empréstimos Obtidos	IAS 23
NCRF 11	Propriedades de Investimento	IAS 40
NCRF 12	Imparidade de Ativos	IAS 36
NCRF 13	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos, em Associadas	IAS 28 e IFRS 11
NCRF 14	Concentrações de Atividades Empresariais	IFRS 3
NCRF 15	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	IAS 27
NCRF 16	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais	IFRS 6
NCRF 17	Agricultura	IAS 41
NCRF 18	Inventários	IAS 2
NCRF 19	Contratos de Construção	IAS 11
NCRF 20	Rédito	IAS 18
NCRF 21	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	IAS 37
NCRF 22	Subsídios e Outros Apoios das Entidades Públicas	IAS 20
NCRF 23	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	IAS 21
NCRF 24	Acontecimentos Após a Data do Balanço	IAS 10
NCRF 25	Impostos Sobre o Rendimento	IAS 12
NCRF 26	Matérias Ambientais	
NCRF 27	Instrumentos Financeiros	IAS 32, IAS 39 e IFRS 7
NCRF 28	Benefícios dos Empregados	IAS 19 e IAS 26

Fonte: Borges et al. (2021, p. 185)

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Através da análise da tabela 1, conclui-se que a única norma que não se baseia na IAS/IFRS é a NCRF 26 – Matérias ambientais, que trata do reconhecimento, da mensuração e da divulgação desta matéria tanto nas contas anuais como no relatório de gestão das entidades. As NCRF 27 e 28 são consideradas as mais completas do SNC.

Segundo o SNC, para a correta utilização das normas pelas instituições, era necessário adotar mecanismos e medidas de controlo, nomeadamente, o *enforcement* que identificava e corrigia erros na aplicação das normas contabilísticas (Saraiva et al., 2015).

Segundo Guerreiro (2012), o SNC criou a possibilidade da informação se tornar menos opaca, ou seja, criou-se a possibilidade de divulgar mais informação e mais transparência, ultrapassando-se a questão da ênfase no custo histórico e nos princípios da prudência e da associação à ênfase nos interesses da banca como principal financiador e do Estado como arrecadador de impostos.

Com a entrada do SNC em vigor, Portugal aproximou-se do processo de harmonização contabilística (Falcão et al., 2019) e, por isso, pode-se concluir a existência de quatro níveis de normalização em Portugal. São eles: o nível das entidades com títulos admitidos à cotação ou não, que aplicasse obrigatoriamente ou opcionalmente as IAS/IFRS; o segundo nível em que as entidades que aplicassem por obrigação ou opcionalmente o SNC – Regime Geral (composto pelas 28 NCRF); o nível das entidades que aplicassem a NCRF-PE e, por fim, o nível em que as microempresas se dirigissem por um regime especial presente na Lei 35/2010 (Norma Contabilística ME) (Falcão et al., 2019).

Saraiva et al. (2015), consideram que o SNC é distribuído em dez níveis, sendo que, se mostra na tabela 2, os níveis considerados no Setor Privado.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 2 - Níveis de Normalização Contabilística em Portugal no Setor Público

Setor Privado	Empresas com títulos admitidos à cotação – IAS/IFRS
	Sociedades em geral – ACE, AEIE - NCRF
	Pequenas Entidades – NCRF PE
	Microentidades – NME
	Entidades sem fins lucrativos – ESNL

Fonte: Elaboração Própria, com base em Saraiva *et al.* (2015b)

O aumento dos níveis de normalização justifica-se pela convergência com as normas internacionais de relato financeiro (Saraiva *et al.*, 2015).

O SNC trouxe novas características no que toca à substância e à forma. Por exemplo, quanto à forma, existem diferenças no formato das demonstrações financeiras e nos instrumentos de normalização, e quanto à substância vêem-se divergências na natureza das normas, na perspetiva conceptual e também no aumento da incorporação de juízos de valor (Duarte *et al.*, 2023). Uma das outras alterações também visíveis da implementação do SNC, prende-se com a abordagem do problema contabilístico passando de contabilidade-registo para contabilidade-relato; destacam-se certos conceitos no relato financeiro, como o reconhecimento e a mensuração (Pinheiro *et al.*, 2014). Enquanto no POC era privilegiado o princípio da fiabilidade, o SNC privilegia a relevância. A substância sobre a forma também começou a ganhar mais importância.

Na tabela 3, pode-se observar quais as obrigações de elaboração das demonstrações financeiras relativamente ao SNC-Geral.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 3- Demonstrações Financeiras obrigatórias no SNC-Geral

DF	SNC-Geral
Balanço	Obrigatório
Demonstração dos resultados por natureza	Obrigatório
Demonstração dos resultados por funções	Facultativo
Demonstração de fluxos de caixa	Obrigatório
Demonstração das alterações no Capital Próprio	Obrigatório
Anexo	Obrigatório

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2013)

No seguimento da tabela 3, entende-se que as entidades que aplicam o SNC-Geral têm uma pluralidade de demonstrações financeiras obrigatórias, excluindo-se unicamente a demonstração dos resultados por funções.

Com o sistema contabilístico português demonstra-se que existe uma forte ligação entre a contabilidade e a fiscalidade, implicando que seja baseado numa perspetiva de harmonização contabilística. Por isso, o papel das entidades reguladoras passa tanto por assegurar a harmonização internacional, como por criar normalização mais específica relacionada com a realidade nacional (Saraiva et al., 2015).

Guimarães (2011) conclui que, o SNC não provocou alterações significativas para o apuramento do lucro tributável, pelo facto de continuar a ser calculado tendo como referência o resultado contabilístico. Por outro lado, ao aproximar-se do IASB, o SNC regista uma melhoria nos relatos financeiros das empresas, destacando os aspetos relacionados com a Estrutura Conceptual.

1.2 Importância e relevância da Contabilidade Financeira

A Contabilidade é uma ferramenta poderosa para gerir negócios, uma vez que permite documentar e registar os acontecimentos que afetam o património ao longo do tempo (Rodrigues, 2015). Funciona como um sistema de recolha, organização, registo e comunicação de informações sobre as atividades das empresas, destinado a orientar as decisões dos interessados (Rodrigues, 2015). O propósito principal dessas informações, resumidas nos relatórios financeiros, é fornecer uma visão precisa e relevante da situação financeira, das mudanças operadas e dos resultados das operações (Rodrigues, 2015).

A contabilidade financeira é muito importante porque não envolve apenas relatar ao exterior o que ocorre na empresa, mas sim perceber a situação financeira, ou seja, os factos e os dados reais (Costa, 2020). É interessante frisar que, para que se realize contabilidade, precisam de existir contabilistas. Como tal, é possível que estes profissionais exerçam a atividade de diversas formas, que, apesar de serem distintas, complementam-se. Existem profissionais que apenas se dedicam à elaboração e preparação das demonstrações financeiras, outros cuja função é certificar e auditar essas demonstrações financeiras e, outros que analisam a informação proporcionada por essas demonstrações (Costa e Alves, 2021).

Abordando então a questão das demonstrações financeiras (DF), é importante perceber qual o seu propósito na vida do contabilista e da empresa. As DF têm como objetivo fornecer a informação sobre a posição financeira de uma entidade. Pretende também informar sobre a rentabilidade e sobre as atividades operacionais, de investimento e de financiamento (Costa e Alves, 2021). Assumem também uma importância relevante pelo facto de a informação que transmite, facilitar e proporcionar um estudo das evoluções das tendências que, consequentemente, permite avaliar e tomar decisões mais assertivas sobre o rumo da empresa (Lopes, 2013).

A credibilidade das demonstrações financeiras é essencial para que a análise dos dados transmitidos seja a mais verdadeira possível e para que os interessados tenham uma perceção pura da situação financeira. Da mesma forma, de acordo com Martins (2011), as demonstrações financeiras têm como objetivo fornecer informações relevantes aos stakeholders para avaliar a capacidade da empresa de gerar fluxos de caixa e equivalentes

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

de caixa, bem como perceber a rapidez e a segurança dessas transações. Os stakeholders pretendem estar a par da situação financeira para concretizar de certo modo os seus interesses para o bom funcionamento e crescimento da organização (Lopes, 2013)

Dado que a relevância da informação contabilística para a tomada de decisões varia conforme a diversidade de utilizadores, essa relevância é mais pronunciada para aqueles que dependem das informações de grandes empresas em comparação com empresas de menor dimensão, ou seja, a importância tem uma dimensão diferente (Pires e Rodrigues, 2011). É preciso que haja, em qualquer entidade, um controlo financeiro rigoroso para que toda a informação transmitida seja fidedigna. (Costa, 2020).

Destaca-se também a relevância da contabilidade financeira para a gestão empresarial, uma vez que esta permite identificar as áreas que devem ser melhoradas de modo a reduzir custos e aumentar a eficiência (Lopes, 2013). É também importante para avaliar a viabilidade de novos projetos e investimentos, estabelecer orçamentos e objetivos financeiros e, também, manter a transparência e integridade quer das operações financeiras quer da imagem e reputação da empresa (Pires e Rodrigues, 2011).

A realização de atividades contabilísticas diariamente é um dos momentos mais significantes para as demonstrações financeiras, isto porque o registo, classificação e organização de toda a documentação permite distinguir o passivo de ativo e o que é receita de despesa. Esta distinção permite que a informação presente no balanço, nos fluxos de caixa e nas restantes demonstrações financeiras, seja a mais realista e verdadeira possível (Costa, 2020).

1.3 Classes Contabilísticas: Classe 6 e Classe 3

Em qualquer organização a questão dos gastos e rendimentos é muito importante. A informação que a contabilidade proporciona deve permitir determinar com precisão os resultados da empresa e, igualmente, a sua posição financeira, quer no final do ano, quer mensalmente (Costa e Alves, 2021).

Segundo Baptista da Costa e Correia Alves (2021), os gastos são diminuições nos benefícios económicos na forma de saídas monetárias, deprecimentos de ativos ou também na incorrência de passivos que acabem por resultar numa diminuição do capital

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

próprio. Os mesmos autores, defendem também que, as despesas são contrapartidas financeiras que as empresas têm de pagar pela aquisição de bens ou serviços.

Para que as empresas atinjam os fins que pretendem, é indispensável a aquisição de bens e serviços. Assim sendo, qualquer organização está sujeita à necessidade de compra de bens/serviços, quer para consumo quer para venda. A contabilização da aquisição de bens ou serviços, deve ser, sempre que possível, considerado no dia da receção da fatura ou num período próximo. (Monteiro, 2013).

Dentro da área das Compras e Fornecedores, existem alguns procedimentos essenciais que se devem realizar para um bom funcionamento contabilístico. Esta área pretende assegurar que as compras de bens e serviços estão corretamente autorizadas, se são adquiridas no momento certo, de modo a evitar roturas ou excessos de stock, se os fornecedores são fidedignos e pretende também assegurar que a informação financeira está completa e atualizada (Monteiro, 2013). Uma entidade tem de ter em consideração o tipo de relação comercial que detém com outra empresa, para que, a nível contabilístico, se distinga se se trata de um papel de cliente, um papel de fornecedor, ou ambos (Monteiro, 2013).

É fundamental que exista uma perceção e noção da necessidade de efetuar determinadas compras. A secção das Compras deve ter o cuidado de analisar o mercado para perceber quais são as melhores opções de Fornecedores e com negócios mais vantajosos. Pode também ser benéfico realizar contratos com determinados fornecedores quando se acordar diversas compras mensais ou anuais podendo existir descontos e rappéis (Rodrigues, 2015).

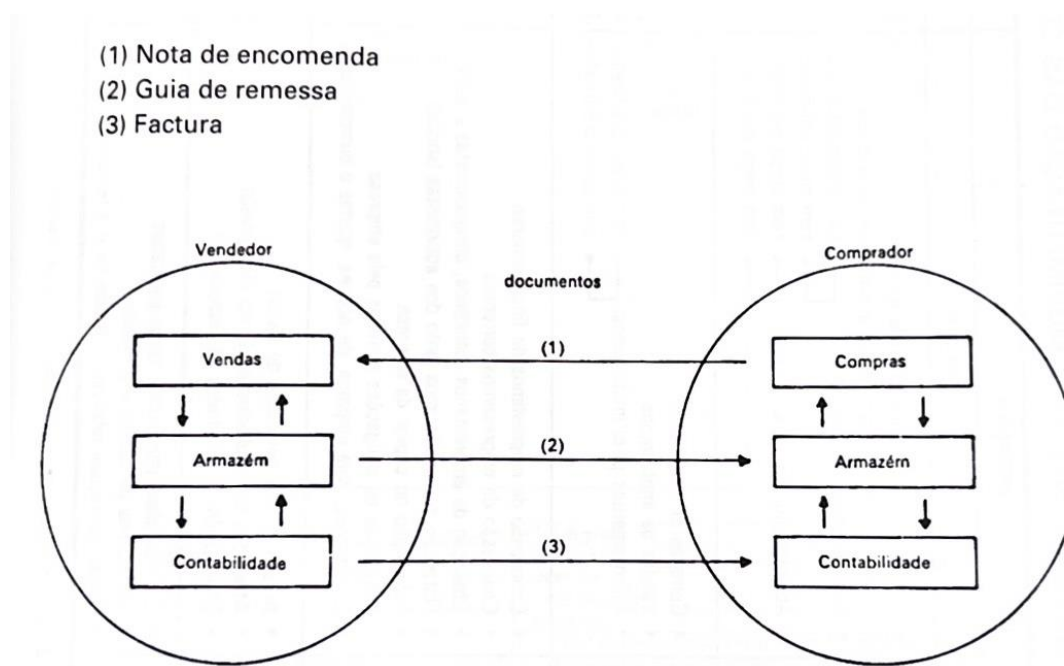
Quando a empresa decide avançar com determinada aquisição de bem ou serviço, é relevante que se obtenha exemplares da nota de encomenda para que num processo mais à frente possa servir de base de comparação na contabilidade de modo a verificar se os valores estipulados cruzam com a fatura (Borges, Rodrigues e Rodrigues, 2010). Assim sendo, as faturas irão ser recebidas pela Contabilidade, que deve ter o cuidado de realizar a sua conferência. Essa conferência deve ser então feita pelas notas de encomenda, onde se analise os preços e condições, ou também através das guias de remessa e de receção, podendo verificar-se as quantidades e qualidade (Borges et al, 2010).

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Esta operação de compra é feita, gera então troca de documentos, essencialmente, notas de encomenda, guias de remessa e faturas.

Na figura 1, observa-se as operações e documentação existem nas relações comerciais entre vendedores e compradores.

Figura 1- Operações e Documentação existente entre Vendedor e Comprador



Fonte: Monteiro (2013)

Para se elaborar uma fatura é obrigatório que estejam presentes certos elementos, segundo o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA). São entre eles:

- Data
- Número sequencial
- Nome, sede, domicílio e informação do destinatário
- Número de identificação fiscal com prefixo «PT»
- A quantidade e denominação dos bens
- O preço, líquido de imposto

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

•As taxas aplicáveis e o montante de imposto e, em caso de isenção, o motivo da sua não aplicação

Relativamente aos inventários, considera-se que são ativos com o destino de ser vendidos no decorrer das operações empresariais, sendo que aqui se enquadram as mercadorias; ativos que de destinam a ser integrados na produção de venda, como as matérias-primas, ou então, ativos que têm como propósito serem consumidos na produção de bens ou serviços para venda, como as matérias subsidiárias (Monteiro, 2013).

Nos inventários deve-se considerar 3 fases. Inicialmente, a identificação, onde se verifica quais os elementos patrimoniais que existem. Seguidamente, a descrição e classificação, onde se apresenta e se reparte os inventários por classes. E, por fim, a valorização, onde se atribui valor a cada elemento patrimonial (Rodrigues, 2015).

Ressalva-se a nível contabilístico, que a conta Compras deve ser movimentada a débito e a crédito no caso de devoluções, descontos, anulações ou correções de faturas (Gonçalves, Santos, Rodrigo e Fernandes, 2013). Os inventários possuem uma forte determinação dos resultados e exigem um adequado controlo interno, no sentido de assegurar que todas as operações inerentes aos inventários são efetuados com base em autorizações específicas, que existe um fornecimento sem roturas e custos excessivos e uma adequada movimentação dos bens com o intuito de reduzir os gastos de manutenção.

Também se considera relevante ter em consideração o facto de determinadas empresas contratarem transportadoras para distribuírem os produtos que comercializam. Deste modo, as despesas dessas compras devem ser contabilizadas como componente do custo de aquisição, ou seja, em Compras. Relativamente aos Gastos, são inúmeras contas que aqui se enquadram, sendo por exemplo, os trabalhos especializados, limpezas, energia, material de reparação e conservação, entre outros (Borges et al, 2010).

Dentro da Classe 3 – Existências, os bens dividem-se em diferentes classificações. Realça-se as matérias-primas, que são os bens que não se destinam à venda, mas sim para serem incorporados diretamente nos produtos; a matérias subsidiárias que se pretende que sejam diretamente incorporados no produto; e as mercadorias, que se destinam a ser vendidas e não a utilizadas para transformação. As matérias-primas e subsidiárias

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

enquadram-se mais em empresas industriais e as mercadorias em empresas comerciais (Borges et al, 2010).

1.4 Relação da Fiscalidade com a Contabilidade

A relevância da fiscalidade é cada vez maior. As suas leis e a sua aplicação também se têm tornado cada vez mais complexas, fazendo com que haja uma maior necessidade de labor interpretativo, bem como um maior rigor nas suas aplicações (Figueiredo, 2016). A fiscalidade aplica-se não só ao Direito e à Contabilidade, como também a cada contribuinte nas suas meras declarações (Barros, 2011).

Qualquer organização deve ser sujeita de imposto resultante das suas atividades. Existem inúmeros impostos, como por exemplo (Ferreira, 2014):

- Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)
- Segurança Social
- Impostos sobre os patrimónios
- Tributações autónomas
- Pagamentos por conta

A exigência às empresas de imposto sobre o lucro que obtêm, permitiu e tornou mais fácil ao Estado controlar, liquidar e arrecadar os impostos sobre outras categorias de rendimentos, despesas e transações (Figueiredo, 2016).

A contabilidade e a fiscalidade são duas áreas que se interligam, mas também que divergem entre si. Divergem porque têm objetivos diferentes. Enquanto a contabilidade procura produzir informação verdadeira, apropriada e fidedigna da posição financeira das organizações, a fiscalidade pretende conceber, lançar, liquidar e cobrar os impostos sobre pessoas individuais/coletivas (Cipriano, 2005).

A relação entre contabilidade e tributação é significativa em muitos aspetos; não é independente, mas sim interligado tanto a nível conceptual como normativo (Sousa, 2017). Em termos de conceitos, a unidade entre estas duas áreas é vista principalmente através de referências cruzadas regulares entre códigos fiscais e termos contabilísticos,

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

tais como despesas e perdas, receitas e ganhos – o que indica inter-relação em vez de autonomia para áreas separadas (Sousa, 2017).

A relação entre lucro contabilístico e lucro fiscal diverge em dois mundos distintos – um de debate, o outro de princípios (Sousa, 2015). A contabilidade orgulha-se de apresentar dimensões qualitativas nas demonstrações financeiras; estes nascem de uma estrutura conceitual repleta de características como comparabilidade, relevância ou compreensibilidade. Do outro lado está o lucro fiscal, um domínio ditado por leis fiscais que incluem doutrinas específicas – capacidade económica, suficiência ou equidade (Sousa, 2017).

Embora o lucro contabilístico desempenhe um papel fundamental como determinante do lucro fiscal no âmbito do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), os dois ainda partilham pontos comuns (Barros, 2011). No entanto, os seus caminhos diferem muito no que diz respeito às regras que regem as despesas e as receitas – cada uma seguindo o seu próprio rumo definido. Normalmente, o lucro contabilístico assume a liderança no cálculo do lucro fiscal, mas não sem sofrer uma série de modificações que acabam por semear a discórdia entre o que o lucro contabilístico representa e o que o lucro fiscal acaba por ser (Monteiro, 2013).

O estímulo económico, no sentido de impostos, é um esforço para diminuir o rendimento em grandes ou pequenas quantidades, de modo a diminuir ou adiar o pagamento de impostos. Por outro lado, o estímulo económico na contabilidade visa aumentar os lucros - não só para agradar aos acionistas, mas também para aumentar o valor das ações e construir autonomia que promova ainda mais as classificações das empresas. Esta dupla natureza da Contabilidade e da Fiscalidade – sublinhada pela interdependência mútua – apresenta um enigma; cada objetivo contradiz o outro (Figueiredo, 2016).

Em Portugal, conforme estabelecido pelo Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), existe um modelo de relação parcial de dependência da Fiscalidade em relação à Contabilidade (Monteiro, 2013). Esse modelo determina que o lucro tributável seja calculado com base no lucro contabilístico e em ajustes por variações patrimoniais que não são refletidas nesse lucro. Assim sendo, há uma interdependência

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

entre Contabilidade e Fiscalidade, especialmente no que diz respeito à tributação do rendimento, onde as normas e práticas fiscais e contabilísticas se influenciam, apesar de, claro, terem objetivos distintos (Ferreira, 2014).

Ressalva-se que artigo 44.º do CIVA estabelece determinadas regras importantes a ter em conta na Contabilidade, aliado também do SNC. Em suma, a contabilidade tem de refletir as vendas de bens e serviços fornecidos, mais as importações e as compras efetuadas. As transações isentas têm de ser separadas daquelas que dão direito à dedução de impostos sem justa causa e custos de combustível não identificáveis a taxas de Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) diferentes de outros itens como o gasóleo (Rodrigues, 2015). Embora a tributação indireta não demonstre se existem ou não semelhanças entre as práticas contabilísticas e fiscais, tenha-se em mente que qualquer transação sujeita a IVA deve receber tratamento contabilístico adequado com base em princípios contabilísticos normalizados; mesmo que algumas entradas possam precisar de adaptação em consideração a este cálculo (Rodrigues, 2015).

Dentro de uma entidade o imposto que está mais presente no dia-a-dia na Contabilidade, é o IVA. O IVA é um dos impostos indiretos que recaem sobre o consumo de bens e que apesar de serem as empresas a entregá-lo ao Estado, quem o suporta é o consumidor final (Borges et al, 2010). Também se considera como sendo um imposto plurifásico uma vez que incide sobre todas as fases do circuito económico (Borges et al, 2010).

2 A Entidade Acolhedora

A empresa Derovo – Derivados de Ovos, S.A. foi fundada em 1994 e tem sede na cidade de Pombal, distrito de Leiria. Foi fundada segundo um projeto idealizado e promovido por um grupo de 70 avicultores que perspetivou uma indústria competente e inovadora na produção de ovoprodutos com um total de 3.5 milhões de galinhas, abrangendo 75% da produção nacional, assim se iniciou a construção da Derovo. Atualmente, possui 81 colaboradores.

Com crescimento contínuo no mercado, e vista nas necessidades dos seus acionistas, constitui-se em 2000 a Gemadouro, um centro de classificação de ovos.

Em 2002, o Grupo Derovo conquistou um marcante reconhecimento, ao receber o Prémio Internacional de “Melhor Indústria de Ovoprodutos do Mundo”, atribuído pela International Egg Commission, marco este que alavancou as expectativas da empresa e do mercado, e que a impulsionou para investimentos determinantes.

Em 2005, o Grupo Derovo constitui a empresa DDO, com a finalidade de distribuir e comercializar ovoprodutos, e outros produtos das vertentes da pastelaria, confeitaria, entre outras. Também nesse mesmo ano, a par do crescimento da Derovo, e tendo sido a inovação um dos principais pontos de evolução, o Fullprotein – a primeira bebida rica em proteínas produzida pela Derovo.

Em 2007, é constituída a Derovo SGPS, com o intuito de se fazer uma gestão de participações sociais de forma indireta do exercício das atividades económica das restantes empresas do grupo. Nesse mesmo ano, foi inaugurada a Rica Granja, empresa produtora de ovos.

Em 2009, foi constituída a OVOFOODS, S.L., nas Astúrias, membro fundador da Portugal Foods.

Os marcos referidos anteriormente são apenas alguns dos tantos que a Derovo já conquistou e alcançou. A nível de prémios e certificações, os últimos anos têm sido muito positivos para o grupo, essencialmente em prémios de PME's e PME's Lider.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

A Derovo S.A pertence então ao Grupo Derovo, que atua no setor alimentar e é especializada na produção de derivados de ovos, tal como produção de ovos líquidos pasteurizados (ovo, gema e clara de ovo), ovoprodutos em pó, ovo cozido, ovo em spray, creme doce de ovo e outros derivados de ovos. A empresa tem uma forte presença no mercado português e também tem influência no mercado externo, uma vez que exporta os seus produtos para diversos países do mundo. Apresentam a capacidade de desenvolver e adaptar os produtos com as necessidades de seus clientes, apresentando um grupo de produtos dirigidos a vários mercados, tais como indústrias alimentícias, produtos de pastelaria e padaria e confeitaria.

Como missão, visão e valores, o Grupo Derovo defende o desenvolvimento da atividade com o objetivo último de garantir a diferenciação e o sucesso de toda a cadeia de valor, tendo como base a Segurança Alimentar e a Qualidade de produtos e serviços. Privilegiam as parcerias que, neste âmbito, se regem pelos mesmos princípios, e que apostam em relações comerciais mutuamente benéficas e duradouras, como motor de desenvolvimento.

O Grupo Derovo encara-se como um todo indissociável, cuja política assenta em premissas concretas e objetivas que são já intrínsecas à conduta diária, entre as quais destacam, ética e valores morais na relação com todos os stakeholders, a garantia de qualidade e segurança dos produtos que desenvolvem e comercializam, o respeito pelo ambiente e a segurança, motivação e satisfação da família Derovo.

É sabido que o setor da produção de ovos é um dos poucos da agricultura nacional com um excelente grau de autoaprovisionamento, o que acaba por ser um fator que contribui para o constante crescimento do Grupo.

Recentemente, o Grupo Derovo integrou-se no Grupo CAC, a famosa empresa comercializadora dos “Ovos Matinados”. Este grupo apresenta uma organização vertical e sustentável. Esta integração espera que se traga um melhor posicionamento estratégico e melhoria da visão de negócio, bem como, em termos financeiros, uma contínua progressão do volume de negócios.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

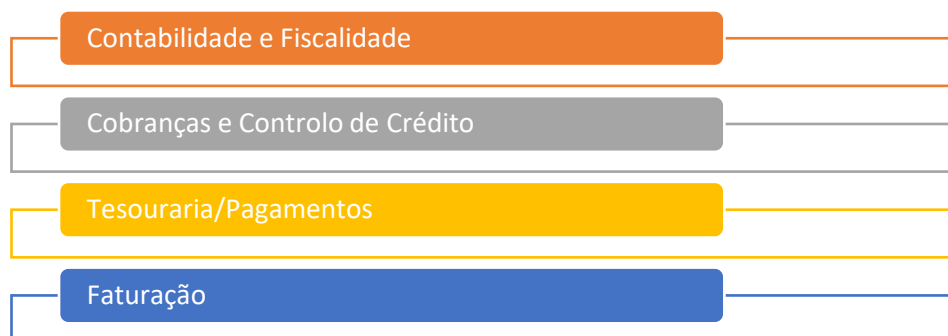
É também importante realçar a aposta recente do Grupo. Foi relançada a marca FullProtein, que tem vindo a ter um aumento significativo no mercado. Trata-se de uma bebida de proteína feita à base de clara de ovo focado essencialmente para os desportistas. A exploração deste mercado/negócio tem sido muito positiva para o Grupo, uma vez que há uma crescente aposta da sociedade em produtos proteicos.

3 Atividades desenvolvidas no Estágio Curricular

3.1 Integração e conhecimento da empresa

O primeiro dia de estágio na Derovo S.A. foi dedicado ao acolhimento e integração na equipa com a qual iria trabalhar, bem como à introdução dos restantes colegas, podendo assim ter uma noção global do funcionamento interno do departamento financeiro e da restante empresa. Durante o período inicial do estágio foi explicado como seria o funcionamento do principal programa utilizado, o GEXOR. Esta ferramenta tem sido usada diariamente durante o estágio, portanto o seu domínio tem sido fundamental, daí a formação ter sido contínua até ter sido atingido um nível de autonomia satisfatório. O Departamento Financeiro está dividido em 4 secções conforme se vê no organograma 1.

Organograma 1- Secções Departamento Financeiro



Fonte: Elaboração Própria

3.2 Arquivo

O Arquivo está integrado no departamento financeiro, sendo uma das primeiras tarefas a ser realizadas foi a atividade de arquivo. Um dos objetivos desta atividade era ter contacto e perceção o tipo de documentação da empresa. Ao analisar e arquivar os documentos, foi possível perceber a sua importância, ou seja, estes ajudam a explicar, demonstrar e comprovar toda a realidade recorrente de uma empresa. Este processo é numa das tarefas mais comuns da contabilidade, uma vez que quanto maior for a organização dos documentos mais fácil será encontrá-los, sempre que seja necessário.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Na Derovo os documentos são arquivados em pastas, identificadas por diário e ano a que respeitam. Nesta empresa, como nas do restante grupo, existem vários diários, de acordo com os documentos que agregam.

Após o lançamento de cada documento, é-lhe atribuído um número, sempre com a mesma lógica. A numeração tem sempre oito dígitos, sendo que os dois primeiros números são os respeitantes ao diário e o terceiro e segundo número é respeitante ao mês, por exemplo, janeiro corresponde a “01” e dezembro a “12”. Os restantes têm uma ordem sequencial, que é dada pelo programa informático à medida que os documentos vão sendo registados no mesmo.

Tabelas 4 - Diários

Diário	Descrição
01	Diversos
02	Forn. de Compras MP e Merc.
03	Vendas
04	Documentos Automáticos
05	Caixa
07	FSE / Compras Diversas
08	Remunerações
12	Notas de Lançamentos
13	Notas de Pagamento
14	Notas de Lançamento

Fonte: Elaboração Própria

3.3 Classificação de documentos

Em todas as empresas do grupo Derovo, há a obrigação e necessidade de se classificar os documentos.

Existem documentos que são classificados automaticamente, por exemplo os respeitantes ao diário 02. Noutros casos, como diário 07, a classificação é manual e nela constam elementos como o centro de custo, o código de IVA e as devidas contas do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Figura 2 - Carimbo da Contabilidade

Autorizações Conferência	Responsável	Chefia	Administração
/ /	/ /	/ /	/ /
Classificação POC			C.C.
/			

Fonte: Derovo S.A.

3.4 Centros de Custo

Na Derovo existem Grupos de Centros de Custos que incorporam Centros de Custos agrupados de forma que seja possível analisar os custos de uma forma mais global.

A Estrutura de Centros de Custos da Derovo foi criada para possibilitar o apuramento dos custos reais das atividades de produção, bem como de todos os serviços que para ela contribuem direta ou indiretamente. Assim sendo, em todas as classificações e em todos os lançamentos é sempre colocado o centro de custo a que corresponde o artigo/serviço mencionado.

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

Tabelas 5 - Centros de Custo

Centro de Custo	Descrição
A1101	Manutenção
A1102	Departamento Administrativo/Financeiro
A1103	Administração
A1104	Recursos Humanos
P1001	Direção de Operações/Compras
P1002	Receção de Matérias
P1003	Partidoras
P1004	Pasteurização
P1005	Enchimento
P1006	Ovo Cozido
P1007	Expedição/Armazenamento
P1008	Qualidade
P1009	I&DT
P1010	Logística
P2001	Departamento Comercial

Fonte: Elaboração Própria

Assim sendo, por exemplo, quando se classifica uma fatura referente a uma reparação de uma viatura que se destina à distribuição da mercadoria, coloca-se o centro de custo P1010. É também necessário ter em conta que se a reparação for referente a uma viatura conduzida por algum Comercial, coloca-se no P2001.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Quando é uma reparação de um equipamento/máquina tem de se ter em conta em que setor é que a máquina está inserida para então se colocar no centro certo. O mesmo acontece quando uma fatura se refere a um gasto com o pessoal, mais concretamente um ou dois colaboradores em específico, e assim, tem de se colocar o centro de custo referente ao setor onde os trabalhadores estão inseridos.

3.5 Reconciliações bancárias

Uma das atividades elaboradas foram as reconciliações bancárias, que ocorrem essencialmente no fecho do mês. O objetivo das reconciliações bancárias é obter o saldo contabilístico partindo do saldo bancário, justificando a possível diferença. Por exemplo, cheques emitidos, mas que ainda não foram descontados no banco.

Para iniciar este procedimento, temos primeiramente de aceder ao Gexor e retirar da “Tesouraria” uma listagem do mês de todas as contas bancárias existentes, por exemplo, no caso da Derovo, “1203 - BPI”. Após isso, temos de comparar o extrato da conta do banco com a listagem de reconciliação de contas e preencher numa folha de Excel as diferenças encontradas. Na folha de Excel, procedemos à colocação do saldo que vem presente no extrato do banco e na listagem. No fim das diferenças estarem descobertas, o saldo tem sempre de ser igual a 0. Por exemplo, em termos práticos, quando estamos perante um valor que está no extrato do banco e não está na listagem da contabilidade, temos de o inserir em “Valor creditados pelo banco e não debitados nos livros” no caso de ser positivo. No caso de ser negativo, inserimos em “Valores debitados pelo banco e não creditados nos livros”.

Vê-se na Figura 3 um exemplo, fictício, de folha de Excel de uma reconciliação bancária.

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

Figura 3 - Exemplo Reconciliação Bancária

DEROVO - Derivados de Ovos, S.A.

12.06 MBCP

Reconciliação Bancária em 30 de setembro de 2023

Saldo pelo Banco 130 000,00 €

Movimentos Contabilísticos não movimentados pelo Banco

Valores creditados nos livros e não debitados pelo banco **Nosso Crédito**

Data	D. Valor	Descrição	Valor
Total			0,00 € +

Valores debitados nos livros e não creditados pelo Banco **Nosso Débito**

Data	D. Valor	Descrição	Valor
01-09-2023		Recibo X	2 493,76 €
Total			2 493,76 € -

Movimentos do Banco não movimentados pela Contabilidade

Valores creditados pelo banco e não debitados nos livros **Nosso Débito**

Data	D. Valor	Descrição	Valor
Total			0,00 € -

Valores debitados pelo Banco e não creditados nos livros **Nosso Crédito**

Data	D. Valor	Descrição	Valor
15/09/2023		Comissão	6,00 €
15/09/2023		Imposto de Selo	0,24 €
Total			6,24 € +

Reconciliação

Banco		Contab.		Saldo Conc.	Saldo Contab.
0,00 €	2 493,76 €	0,00 €	6,24 €	132 500,00 €	132 500,00 €
					0,00 €

Executado a: ____/____/____ Conferido por: _____ Responsável: _____

Fonte: Deroovo S.A.

3.6 Lançamentos contabilísticos

3.6.1. Faturas

Após a classificação dos documentos, procede-se ao lançamento no programa Gexor. No decorrer do estágio os lançamentos que têm sido mais frequentes são os de Diário 07 - FSE / Compras Diversas. Assim sendo, inicia-se o Gexor, acede-se a “Contabilidade” e “Lançamentos”. Coloca-se o número do diário pretendido, a data do documento e como “Código do Documento” coloca-se “3303”. De seguida, põe-se o número da fatura e as respetivas contas a crédito e a débito. É sempre necessário colocar o fornecedor correto e verificar se a base de incidência está em conformidade.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Seguem-se nas figuras 4,5 e 6, um exemplo de um lançamento contabilístico:

Figura 4 - 1º Parte Exemplo Lançamento Contabilístico

Cod. Doc.	Descrição	N° Doc	C/CE	Conta Débito	Conta Crédito	Valor	IVA	Inc.	Tx. Inc
3303	V/Fatura Div.	1234	62261101			€ 100,000	23%	☐	100%
3303	V/Fatura Div.	1234	2432331			€ 23,000		☒	
3303	V/Fatura Div.	1234	P3001			€ 100,000		☒	
3303	V/Fatura Div.	1234		221120015		€ 123,000		☐	

Fonte: Derovo S.A.

Figura 5- 2º Parte Exemplo Lançamento Contabilístico

Cod. Cen. Exp.	Cen. Exp.
A1101	Manutenção
A1102	Dep. Administrativo/Financeiro
A1103	Administração
A1104	Recursos Humanos
P1001	Direcção de Operações/Compras
P1002	Recepção de Matérias
P1003	Partidoras
P1004	Pasteurização
P1005	Enchimento
P1006	Ovo Cozido
P1007	Expedição/Armazenamento
P1008	Qualidade
P1009	I&DT
P1010	Logística
P2001	Dep. Comercial

Fonte: Derovo S.A.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Figura 6 - 3º Parte Exemplo Lançamento Contabilístico

Conta: [Redacted] € 123,000 Crédito

Data Rec. 31/10/2023 Data Doc. 31/10/2023 Cod. Doc. 3303 V/Fatura Div. Nº Doc 1234

V/ Data Doc. 31/10/2023 Data Venc. 30/12/2023

Condições Pagament			IVAS			Valor
Nº Dias	%Des	Taxa	Incidência	Tipo IVA	Motivo Ins.	
60	0	23	€ 100,000	NOR		€ 100,000
		6%	€ 0,000	RED		
		13%	€ 0,000	INT		
		0%	€ 0,000	ISE		
		10%	€ 0,000	RED		

OK

Fonte: Derovo S.A.

Para uma melhor compreensão do trabalho desenvolvido ao longo do estágio, irão ser apresentados alguns exemplos de contabilização de documentos.

Uma das situações mais recorrentes é a compra de matéria-prima, matéria subsidiária e de embalagens. Nestes lançamentos movimentamos a classe 3.

Tabelas 6- Compra Matéria Subsidiária

Conta	Descrição	Débito	Crédito
312231	Mat. Subs. – Tx Normal Nac	X	
2432131	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

Tabelas 7- Compra Embalagens

Conta	Descrição	Débito	Crédito
312431	Embalagens – Tx Normal Nac	X	
2432131	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

Tabelas 8 - Compra Matéria-Prima

Conta	Descrição	Débito	Crédito
312131	Mat Prima – Tx Normal Nac	X	
2432131	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

A maior parte dos lançamentos efetuados dizem respeito a Gastos, ou seja, da classe 6. São diariamente lançados diversos documentos e enfrentam-se diversas situações, o que leva a que seja efetuada uma grande variedade de lançamentos.

Uma das situações mais recorrentes é o serviço de transporte do produto vendido para os respetivos clientes. Existem então três tipos de situações que podem ocorrer.

Nestas situações, a Deroovo assume um papel de cliente e requisita o serviço de transporte. O intuito é que as transportadoras entreguem o produto aos nossos clientes.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 9 - Lançamento Serviço Transporte

Conta	Descrição	Débito	Crédito
Quando o fornecedor é português: Pombal => Estrangeiro			
62533	Transportes Isenção/Peq Retal	X	
2211	Fornecedor c.c.		X
Quando o fornecedor é português: Estrangeiro => Pombal			
62531	Transportes – Direito Dedução	X	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. o.b.s. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y
Quando o fornecedor é estrangeiro: Pombal ⇔ Estrangeiro			
62535	Transportes - Substituição Fiscal	X	
2432335	IVA Tx Norm - dedut. o.b.s.- SF - UE	Y	
243332	IVA Tx Norm – dedut o.b.s. - CEE		Y
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

Pode-se destacar que, quando a Derovo solicita a outra entidade que efetue o serviço de transporte de produto para o estrangeiro, essas faturas de serviço de distribuição, serão isentas de IVA, segundo o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, artigo 14º aliena a). Quando o fornecedor é estrangeiro, recorre-se à situação de “substituição fiscal”, onde simultaneamente se suporta e deduz o IVA. Realça-se que, se o transporte for relativo a matéria-prima, não é lançado numa conta de gasto, mas sim numa 31.

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

Um dos outros lançamentos recorrentes é a reparação/manutenção das viaturas da empresa e também dos equipamentos/máquinas.

Tabelas 10 - Lançamento Conservação e Reparação

Conta	Descrição	Débito	Crédito
62261103	Cons.e Rep. Dir. Ded.-Repar. Viat Pesadas	X	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y
-----	-----	-----	-----
62261101	Cons.e Rep.Dir.Ded.-Rep. Equipamentos/Instalações	X	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

Ainda existem outros tipos de lançamentos que movimentam a classe 6. São lançamentos ligeiramente mais específicos. Temos por exemplo o aluguer de espaços, aquisição de gasóleo, portagens, consultas de medicina no trabalho, etc. Em todos estes serviços a Deroovo assume o papel de cliente, daí a classificação ser integrada na classe 6, ou seja, é um gasto para a empresa. Seguem-se alguns exemplos:

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

➤ Cedência de Instalações

Tabelas 11 - Cedência de Instalações

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6261101	Rendas e Alug. Dir. Ded.- Edifícios	X	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

➤ Aquisição Gasóleo Verde

Tabelas 12 - Aquisição Gasóleo Verde

Conta	Descrição	Débito	Crédito
624261	Combus. Gas.Agri - Ded 100% Iva 13%	X	
2432321	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

➤ Portagens em Espanha

Tabelas 13 - Portagens em Espanha

Conta	Descrição	Débito	Crédito
62532	Transportes - Exclusão Dedução	X	
243133	IVA Suportado Tx Normal - obs	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

➤ Consultas Medicina no Trabalho

Tabelas 14 - Consultas Medicina no Trabalho

Conta	Descrição	Débito	Crédito
63823	Outros gastos c/ Pessoal -Serviços Clínicos	X	
2211	Fornecedor c.c.		X

Fonte: Elaboração Própria

➤ Contratação Mão de Obra – Trabalho Temporário

Tabelas 15- Contratação Mão de Obra

Conta	Descrição	Débito	Crédito
621201	Subcontratação – Trabalho Temporário	X	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
2211	Fornecedor c.c.		X+Y

Fonte: Elaboração Própria

Três dos lançamentos mais efetuados mensalmente eram as despesas da água, da luz e do gás. As faturas destas três despesas são sempre relativas ao mês anterior e, como tal, é antes reconhecido um custo, ou seja, uma estimativa.

Assim sendo, por exemplo, reconhece-se um custo do gás que só se irá saldar aquando da receção da fatura, no mês seguinte. Para reconhecer o custo, credita-se uma conta 31 uma vez que se considera que o gás assume um papel de matéria subsidiária para a produção dos bens.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

➤ Estimativa Gás

Tabelas 16 - 1ª Parte Estimativa de Gás

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2722618	Fact Recep Conf - Mat Subs s/ GR - Gás	X	
312231	Mat. Subsidi. – Tx Normal Nac		X

Fonte: Elaboração Própria

No mês seguinte, saldamos o lançamento efetuado. Se o valor estimado for superior ao da fatura, lançamos a diferença a débito, se for inferior, lançamos a crédito.

Tabelas 17- 2ª Parte Estimativa de Gás

Conta	Descrição	Débito	Crédito
Quando o valor estimado é inferior ao da fatura			
2722618	Fact Recep Conf - Mat Subs s/ GR - Gás	X	
2432131	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	Y	
312231	Mat. Subsidi. – Tx Normal Nac	Z	
22	Fornecedor c.c.		X+Y+Z

Fonte: Elaboração Própria

Relativamente aos lançamentos da fatura da eletricidade, os procedimentos são idênticos ao lançamento do gás, mas, uma vez que a fatura é relativa a cerca de 20 dias de um mês e 10 dias de outro mês, é efetuado um cálculo específico para que se possa ser mais correto e específico o valor que corresponde ao mês.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 18 - Eletricidade

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2722623	Fact Recep Conf – OBS - Eletricidade	X	
62411	Eletricidade Dir. Ded.	Y	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	23% Y	
624111	Eletricidade Dir. Ded.	W	
2432131	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	6% W	
62411	Eletricidade Dir. Ded.	Z ou Z	
2432331	IVA Tx Normal – dedut. Exist. Nac	23% Z	
22	Fornecedor c.c.	X+Y+W+Z+IVA	

Fonte: Elaboração Própria

No dia-a-dia é também recorrente o lançamento de notas de crédito tanto por motivos de erros monetários como também de troca dos nomes das empresas do Grupo Derovo. Por exemplo, fornecedores emitirem faturas para a Derivados de Ovos Lda (DDO) ao invés de emitirem para a Derovo S.A.

Uma particularidade dos lançamentos das notas de crédito é que o IVA não é dedutível, mas sim “IVA Regularizações”, e, neste caso, é sempre necessário saber se o Iva é a favor do Estado ou da empresa.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 19 - IVA Regularizações

Conta	Descrição	Débito	Crédito
22	Fornecedor c.c.	X+Z	
62/63	Ex: Conta de Gasto		X
243422	IVA Regul. – Tx Normal A Favor do Estado		Z

Fonte: Elaboração Própria

Algumas faturas que chegam à Contabilidade da Derovo são relativas a despesas que irão ocorrer por exemplo no próximo ano. Como tal, é necessário fazer um diferimento que é calculado de modo que se saiba o valor que será reconhecido no próprio ano e no ano seguinte. No ano recorrente é lançado um valor na 62 e o restante na 28. Por exemplo, aquando da receção de uma fatura relacionada com o seguro automóvel em que o período do serviço abrange uma parte de 2024 e outra parte de 2025, a Derovo efetua o pagamento total e lança uma parte do valor numa conta de gasto. O restante é lançado numa conta de diferimento para que no ano seguinte esse gasto seja reconhecido naquele mês.

Tabelas 20 - Diferimento

Conta	Descrição	Débito	Crédito
62		X	
24		Y	
28		Z	
22			X+Y+Z

Fonte: Elaboração Própria

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

As faturas de autoliquidação são também uma questão muito importante e que requer especial atenção. Nestas situações há a necessidade de deduzir e liquidar o IVA, ou seja, em contas de substituição fiscal. Lança-se a conta 2432335 a débito e a conta 243335 a crédito. As faturas que mais frequentemente são lançadas de autoliquidação eram as correspondentes às de construção civil.

Simultaneamente, também são recorrentes serem lançadas algumas faturas onde não se podia deduzir o IVA. Por exemplo, em faturas de reparação de veículos de ligeiros de passageiros ou também em garrações de água para os colaboradores usufruírem. Portanto, todo o tipo de faturas que não faziam parte da atividade da empresa, não se deduzia o IVA. Em determinadas situações, o valor que não se deduz, acresce-se à conta de gastos. Por exemplo, a colocação de gasóleo de uma viatura ligeira, só é dedutível 50%, portanto os restantes 50% são colocados na conta de gasto, neste caso uma 624251.

3.6.2. Pagamentos ao Estado

Relativamente aos pagamentos efetuados ao Estado, estes realizam-se no Diário 1 – Diversos e são inúmeros exemplos de lançamentos. Alguns dos que foram lançados no decorrer do estágio foram por exemplo o pagamento de IRC, IUC, IMI, entre outros.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Tabelas 21 - Pagamentos ao Estado

Conta	Descrição	Débito	Crédito
IRC			
2422	Trabalho independente	X	
12	Depósitos à Ordem		X
IUC			
68124	Impostos Indiretos	X	
244400	Imposto Único de Circulação (IUC)	X	X
12	Depósitos à Ordem		X
IMI			
68111	Impostos Diretos – IMI	X	
2461	Tributos Aut. Locais - IM	Z	Z
22	Fornecedor c.c.		X

Fonte: Elaboração Própria

3.7 Acréscimos e Diferimentos

Conforme referido no ponto anterior, na Derovo são efetuados frequentemente alguns acréscimos e diferimentos, seja referente a eletricidade, água, contratos, serviços de distribuição, programas informáticos, entre outros. Durante os meses do estágio, houve a oportunidade de se fazer mensalmente uma conferência dos gastos contabilizados nas contas de acréscimos e de gastos. Primeiramente, retira-se uma listagem do Gexor com as contas 27 e 28 de modo a se verificar os valores a crédito e a débito que se têm de acertar/saldar. Posteriormente, justifica-se e confirma-se os saldos para se verificar a eventual existência de erros. Esta conferência consiste então em verificar se todos os

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

valores estimados e previstos estão tanto a débito como a crédito, para que os valores em falta sejam lançados de modo a saldar as contas 27 e 28.

3.8 Abertura “Fornecedor” e “Fichas Imobilizado”

Para lançar as faturas é sempre necessário que o fornecedor exista no sistema informático, caso contrário, é necessário abrir uma ficha com os respetivos dados e informações. Assim sendo, no programa Gexor, escolhe-se o número que se irá atribuir ao fornecedor, normalmente é “22.1.1.1.XXXX” ou “22.1.1.2.XXXX” no caso de ser estrangeiro. Após a atribuição do respetivo número, coloca-se as informações necessárias, entre elas, o nome, o contribuinte, a morada, o telefone e o email. Há também outros campos a preencher como por exemplo o “Grupo Entidade” que normalmente é FSE ou imobilizado, a “Forma de Pagamento”, o “Prazo de Pagamento” e as “Condições de Pagamento”. Por fim, coloca-se o IBAN do fornecedor e o número associado à conta corrente.

Relativamente à abertura de fichas de imobilizado o procedimento já é diferente. Este processo executa-se no programa GIMO. No decorrer do estágio, antes de se abrir a primeira ficha de imobilizado foi feito um enquadramento e familiarização com o DL 25/2009 de 14 de setembro. Primeiramente, escolhe-se um número que se irá atribuir ao ativo, mais concretamente o “código do ativo” que normalmente é composto por 5 dígitos. Seguidamente, preenche-se a descrição do bem, a data de aquisição, a data de início de utilização, a forma de mensuração, que normalmente é custo histórico e as quotas, que regularmente também são constantes. Após isso, insere-se o número do “Grupo” que é relativo ao nº da tabela do DL 25/2009, por exemplo “2240 – Computadores” e a “Conta” de imobilizado, por exemplo a 435. De seguida, preenche-se também o “Tipo de Imobilizado” (tangível, intangível, etc.), o “Método”, que por costume é duodécimos, e também o valor de aquisição. Por fim, os últimos dados a colocar são o nome do fornecedor, o nº do documento/fatura, o nº do documento interno, o valor do IVA, a marca e o estado de uso. Ilustra-se com uns prints screen nos Anexos 1, 2, 3, 4 e 5.

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

3.9 Fecho do Caixa

Diariamente, ao fim do dia, é realizada a contagem do dinheiro e fecho de caixa. Este processo requer algumas etapas e inicia-se com a contagem do dinheiro que chega ao setor das Cobranças.

Durante o estágio, foi possível realizar este processo algumas vezes e, após a contagem do dinheiro por parte das colegas das Cobranças, repete-se a contagem para que se tenha a certeza de que não há equívocos e coloca-se num ficheiro Excel o número de notas e moedas existentes em caixa. Após isso, o processo continua no Gexor. É sempre necessário ir aos “Documentos de Caixa” no separador da “Tesouraria” para que sejam picados/validados todos os valores que deram entrada no próprio dia.

Figura 7- Excel Discriminação Numerário

<u>Discriminação do Numerário</u>			
<i>Notas</i>			
Valor	Quantidade	Valor Total	Obs.
500,00 €	0	0,00 €	
200,00 €	0	0,00 €	
100,00 €	0	0,00 €	
50,00 €	0	0,00 €	
20,00 €	0	0,00 €	
10,00 €	0	0,00 €	
5,00 €	0	0,00 €	
<i>Sub Total I</i>		0,00 €	
<i>Moedas</i>			
Valor	Quantidade	Valor Total	Obs.
2,00 €	0	0,00 €	
1,00 €	0	0,00 €	
0,50 €	0	0,00 €	
0,20 €	0	0,00 €	
0,10 €	0	0,00 €	
0,05 €	0	0,00 €	
0,02 €	0	0,00 €	
0,01 €	0	0,00 €	
<i>Sub Total II</i>		0,00 €	

Fonte: Deroovo S.A.

3.10 Pedido de Reembolso de IVA

No decorrer do estágio, houve a possibilidade de elaborar o pedido de reembolso de IVA a Espanha. A Derovo geralmente apresenta aquisição de ovo, combustível e portagens. Este processo inicia-se com a análise de um balancete geral da conta “2431” a “2432” para verificar as contas que têm saldo. Após isso, retira-se uma listagem de extrato de conta das respetivas contas do trimestre pretendido. Reúne-se então as faturas que incluam IVA espanhol. Para garantir que no fim da submissão o valor a pedir é o correto, realiza-se previamente um cálculo do valor final das contas de IVA que retirámos das listagens.

Dá-se seguimento do processo no Portal das Finanças em “IVA/VAT Refund”. Aqui, preenche-se basicamente os dados da empresa e carrega-se os anexos. Ao anexar as aquisições, é necessário colocar o número da fatura, a data, os dados do fornecedor, o código de aquisição, por exemplo, se é “portagens”, “combustível” ou “outros”, onde escrevemos uma nota de que é “aquisición de huevos”). Numa fase terminal, colocamos o valor base da fatura, o valor do IVA e por fim anexamos a respetiva fatura em PDF.

Por último, após carregar todas as faturas, verificamos se o valor do IVA que será pedido coincide com os cálculos iniciais e submetemos o pedido às Finanças. Pode-se observar nos anexos 6 e 7 uns prints screen do site das Finanças, onde se elabora o pedido.

3.11 Guias de Receção

Antes de se lançar faturas que envolvam as contas “31” e algumas contas “63”, são normalmente elaboradas guias de receção que devem ser confirmadas e validadas na contabilidade.

Na Derovo, é recorrente a existência de faturas de compra de matéria-prima, matéria subsidiária, embalagens e equipamento de proteção individual, e todas estas aquisições são acompanhadas de guias de remessa e de receção.

Assim sendo, um dos procedimentos antes da classificação e lançamento dessas faturas passa pela verificação dessas mesmas guias. No separador de “Compras”, seleciona-se “Guias de Receção” e escrevemos o número da guia que corresponde à

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

fatura. Após isso deve-se verificar se as quantidades, os valores unitários e os valores totais estão em concordância com a fatura. Se estiver tudo em conformidade, valida-se a guia e considera-se como “Faturada”, colocando o número da fatura para que fiquem associadas. Este procedimento de verificação das guias é importante porque ocorre algumas vezes o valor das quantidades ou dos valores unitários não cruzarem com os documentos e nestes casos a Contabilidade deve contactar o departamento das Compras para que se faça as alterações necessárias de modo que as guias fiquem em conformidade com as faturas.

As guias de receção estão divididas por séries, sendo que a Contabilidade trabalha essencialmente com as seguintes:

Tabelas 22 - Séries

Série	Descrição
E	Receção Embalagens
F	Fardamento e Mat. Higiene
L	Receção Mat. Laboratório
M	Guia Receção Mercadoria
P	Receção Mat. Produção

Fonte: Elaboração Própria

3.12 Faturação

No decorrer do estágio houve a oportunidade de passar pela faturação e perceber o procedimento de determinadas faturas. A Deroovo S.A. trabalha muito com empresas de distribuição, ou seja, que distribuem o produto vendido para os diversos clientes. Esta relação comercial permite que a Faturação emita as faturas em conjunto diretamente para os Distribuidores e por conseguinte, que sejam entregues pessoalmente aos clientes.

Os processos de elaboração das faturas têm como auxiliar os colaboradores que tratam das notas de encomenda, ou seja, noutro departamento são negociadas com os

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

clientes, as quantidades e preço dos produtos e é emitida a nota de encomenda no Gexor, sendo que a Faturação acaba por ser um processo simples uma vez que os dados que terão de estar presentes nas faturas, já foram inseridos no programa.

Assim sendo, na prática, seleciona-se o separador “Vendas” e “Encomendas para Rotas” e, uma vez que a informação de quantidades e preços já está toda elaborada, apenas se selecionam as encomendas de cada cliente e o armazém de saída e pica-se o que interessa. Seleciona-se eventuais notas de encomenda que estejam fora de rota e inclui-se. Coloca-se “Emitir” e as faturas são feitas automaticamente. Normalmente, o sistema gera um PDF com inúmeras faturas com diversos clientes que são enviadas num programa backoffice para o respetivo distribuidor.

Para uma melhor organização interna, aponta-se num documento auxiliar o intervalo numérico das faturas emitidas a cada distribuidor de cada cliente.

Determinados clientes solicitam que seja enviado uma guia, e, assim sendo, o procedimento é idêntico, mas não é visível o preço. Neste tipo de cliente, a fatura é enviada por email de modo automático. Seleciona-se “fatura-cliente”, verifica-se o dia pretendido e o próprio sistema assume o email pré-definido e envia automaticamente.

Relativamente aos produtos que saem do nosso armazém, ou seja, quando o consumidor final vem levantar diretamente o produto, as faturas são emitidas na secção da Expedição.

Para fazer faturas manualmente, é efetuado no separador Vendas e Faturas, código 4301, insere-se o código do cliente, “satisfazer encomenda” e é exibido os produtos e seleciona-se o pretendido e “satisfazer”.

3.13 Presenças em Formações da OCC

A convite da assessora financeira e do contabilista do departamento financeiro, houve a oportunidade de se participar na formação da Ordem dos Contabilistas Certificados intitulada de “Encerramento de Contas de 2023” e “Orçamento de Estado de 2024” a 20 de novembro e a 18 de janeiro, respetivamente, com o propósito de rever alguns temas teóricos e aprender novos conhecimentos que seriam oportunos para o fecho do ano de 2023 bem como para a abertura do ano de 2024.

3.13.1 “Encerramento de Contas de 2023”

O processo de encerramento de contas é um dos aspetos mais cruciais para os profissionais que preparam a informação financeira e é uma fase importante para analisar e avaliar o estado das empresas, daí a importância da formação.

No decorrer da formação, todo o conteúdo abordado foi acompanhado pelo manual correspondente, também intitulado de “Encerramento de contas 2023”. Foram abordados temas como o procedimento na preparação de planos de contas e associação de taxonomias, com o intuito de extrair SAF-T relativo à contabilidade para emitir o Anexo A da IES, aplicações práticas contabilísticas e fiscais, como a estimativa do IRC, aplicação de benefícios fiscais, o processo de prestação de contas e também a preparação do dossier fiscal.

3.13.2 “Orçamento de Estado de 2024”

Relativamente à formação sobre o Orçamento de Estado, o propósito prendeu-se com a comunicação das novas alterações a diversos níveis, como o IRS, IRC, IVA, IS, IMI, IMT, Benefícios Fiscais, Procedimentos e Processos Tributários e também relativamente ao Projeto Mais Habitação. De modo geral, as alterações mais significativas foram o aumento do salário mínimo para 820€, aumento das pensões, descida de taxas de IRS até 3.5%, alargamento do IRS jovem, devolução de um ano de propinas por cada ano de trabalho, reforço em prestações sociais, passe gratuito para estudantes até aos 23 anos e alargamento das creches gratuitas.

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

CONCLUSÕES

Com a elaboração deste relatório, conclui-se a importância do crescimento e desenvolvimento da Contabilidade em Portugal.

Atualmente, a Contabilidade é uma área imprescindível numa organização e reconhece-se como sendo uma peça fundamental e também exigente a nível empresarial. Toda a evolvente da Contabilidade acaba por ser uma área que toca em vários setores das empresas e que é importante para coligar os diferentes departamentos.

Com a realização do estágio, assume-se a presença de uma exigência na área, mas também, de igual modo, a presença do desafio constante na realização das tarefas subjacentes. Considera-se que foi uma experiênciagratificante no que toca à aprendizagem de aptidões práticas e um excelente reforço para consolidar as aptidões teóricas.

Reconhece-se a importância e a necessidade dos meios informáticos envolventes na área uma vez que, sem eles, a precisão e elaboração das tarefas diárias não seriam tão fáceis.

Acredita-se que a Contabilidade continuará a ser uma área de extrema importância a nível empresarial e que certamente, irá continuar a crescer e a evoluir.

Crê-se que nestes meses de aprendizagem na área contabilística também se desenvolveram ferramentas importantes para compreender e executar tarefas noutras áreas, como por exemplo, gestão. A nível pessoal, anota-se um peso positivo no desenvolvimento de outras capacidades, como comunicação, empatia e trabalho de equipa.

Com a realização do estágio curricular, foi possível consolidar e reforçar o conhecimento adquirido no primeiro ano de curso, ou seja, na parte letiva. Essa aprendizagem teórica foi bastante benéfica, uma vez que facilitou a aprendizagem da prática, ou seja, o conhecimento teórico já adquirido permitiu perceber e realizar as tarefas propostas no dia-a-dia com mais agilidade.

Finalizando, a contabilidade não só contribui para a estabilidade financeira das empresas, mas também para a economia como um todo, promovendo a transparência entre

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

investidores, gestores e os demais stakeholders. Portanto, é imprescindível continuar a apostar na educação e aprendizagem desta área, desenvolvendo novas metodologias e práticas éticas que fortaleçam e proporcionem uma melhoria desta área permitindo o crescimento sustentável das organizações e da sociedade como um todo.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 45103, de 1 de julho de 1963

Decreto-Lei n.º 47/77

Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de novembro

Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho

Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC)

Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Barros, V. M. S. (2011). Impacto da Fiscalidade nas decisões de fusões e aquisições em Portugal. Dissertação Mestrado em Finanças. Universidade de Lisboa.

Borges, A., Rodrigues, A., e Rodrigues (2010). Elementos de Contabilidade Geral. Lisboa: Áreas Editora. ISBN 978-989-8058-41-06.

Caria, A. A. e Rodrigues, L. L. (2014). “The evolution of financial accounting in Portugal since the 1960s: A new institutional economics perspective”, *Accounting History*, 19(1-2), pp. 227-254

Cipriano, J. (2005). A Fiscalidade e a Contabilidade no Contexto Nacional – Uma Reflexão. *Jornal de Contabilidade da APOTEC*, p. 338, Maio

Costa, C. B. e Alves, G. C. (2021). *Contabilidade Financeira* (10.ª ed.) Carcavelos: Rei dos Livros

Costa, S. A. (2020). *Contabilidade financeira*. Editora Senac. São Paulo.

Duarte, F., Francisco, R., Gonçalves, M., e Rito, S. (2023). “Breve resenha histórica da Normalização Contabilística Empresarial em Portugal depois do 25 de Abril de 1974”. *Revista de Contabilidade e Finanças* 149/150, pp. 14-19

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Falcão, A. F., Silva C. M., e Gonçalves, M. (2019). “Normalização contabilística em Portugal depois do 25 de abril de 1974”. Comunicação apresentada ao XX Congresso Internacional AECA (Málaga, 25-27 Set.), pp. 1-24

Ferreira, H. (2014). Impostos Diferidos: Uma análise à sua contabilização mediante a dimensão das empresas. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Finanças. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

Figueiredo, C. F. P. (2016). A relação entre contabilidade e fiscalidade em Portugal: estudo de caso nas pequenas e médias empresas. Dissertação Mestrado em Contabilidade. Universidade do Minho

Gonçalves, Cristina; Santos, D.; Rodrigo, J.; Fernandes, S. (2013) *Relato Financeiro – Interpretação e Análise*. Vida Económica, 2.^a ed.

Guerreiro, M. A. S. (2012). Essays on the Institutionalisation of a New Accounting Regime for Unlisted Companies in Portugal. Braga: Universidade do Minho. Tese de Doutoramento Contabilidade

Guimarães, J. C. (2011). “História da normalização contabilística em Portugal”. In Guimarães, J. C. (2011) (Org.). Estudos sobre a Normalização Contabilística em Portugal (pp. 11-62). Porto: Vida Económica

Lopes, I., 2013, Contabilidade Financeira – Preparação das Demonstrações Financeiras, sua Divulgação e Análise. Escolar Editora. Lisboa.

Martins, C. F. P. (2011). Os modelos das demonstrações financeiras. Dissertação de mestrado. Instituto Politécnico do Porto

Monteiro, S. M. (2013) Manual de contabilidade financeira. Porto: Vida Economica Editorial. ISBN 978-972-788-651-7

Pinheiro, C. F. R. (2013), Impacto da Adoção do SNC: Ótica do Preparador da Informação Financeira. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro, Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Contabilidade

Pinheiro, C., Azevedo, G., e Cruz, S. (2014). “Do POC ao SNC: evolução e aspetos diferenciadores”. Revista Portuguesa de Contabilidade 13, pp. 5-28

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Pires, A. (2009). Sistema de Normalização Contabilística: do POC ao SNC. Lisboa: Publisher Team

Pires, M., Rodrigues, A., (2011), As características do tecido empresarial determinam necessidades específicas e definem um utilizador padrão para a informação financeira: Evidência empírica. XXI Jornadas Hispano Lusas de Gestão Científica. Espanha

Rodrigues, A. R. A. (2015). "A contabilidade financeira e o seu papel ao serviço da fiscalidade empresarial: estudo de caso para a empresa "LS"". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão

Santos, L. L. (1999). "A normalização contabilística em Portugal até ao POC de 1989". Revista de Contabilidade e Finanças 16, pp. 18-20

Santos, L. L. (2002). "A estrutura conceptual da contabilidade em Portugal". Comunicação apresentada ao IX Congresso de Contabilidade e Auditoria (Porto, 20-22 Nov.), p. 58

Saraiva, H. e Pires, A. M. M. (2019). "Perspetiva histórica da normalização contabilística em Portugal a partir das principais influências ou determinantes e das características da envolvente". In XXIX Jornadas Hispano Lusas de Gestión Científica. Osuna (Sevilha)

Saraiva, H., Alves, M. G., e Gabriel, V. (2015). "As raízes do processo formal de harmonização contabilística, a sua evolução e influência em Portugal". De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad 12(22), pp. 172-204

Silva, C. G. (2016). Avaliação do Impacto da Nova Diretiva da Contabilidade no Processo de Consolidação de Contas. Porto: Universidade Católica Portuguesa, Católica Porto Business School. Dissertação de Mestrado em Gestão

Sousa, A. (2017). Serão os impostos um incentivo à manipulação dos resultados? Estudo das empresas ibéricas. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra

Sousa, F. G. (2015). Relação entre a Contabilidade e a Fiscalidade: Aproximação ou Divergência. Relatório de Estágio, mestrado em Contabilidade e Finanças, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

ANEXOS

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Anexo 1 - 1ª Parte Abertura Fornecedor

Informação Geral

Moradas | Gerais

Tipo: Geral (Sede) | Rua: POCEJAL

Localidade: Vermol | Distrito: 10 | Leiria

País: 000 | Portugal | Concelho: 15 | Pombal

Cod Postal: 3100 | 12 | POMBAL | Freguesia: 13 | Vermol

Coordenadas: |

Telefone: Telefone Geral | 351 | 236 | 941380 | E-Mail: E-Mail Geral | execris@mail.telepac.pt

Fax: Fax Geral | 351 | 236 | 941479 | Web: |

Fonte: Derovo S.A

Anexo 2 - 2ª Parte Abertura Fornecedor

Outras Informações

Informação Comercial | **Informação Financeira** | **Informações Complementares** | **Avanços**

Reg. IVA no desconto em pag. ☐ **Forma Pagamento** |

Utiliza a Data de Receção para Cálculo da Data de Vencimento ☐ **Condições Pagamento** | 60 a 60 DIAS

Avanços Pagamento | **Banco** |

☐ Não emite avanso pagamento | **Nib** |

Intervalo: Avanso Pagamento | 1 Dia(s) | **IBAN** |

Utiliza Taxa de Juro ☐ % Por Dia | **Conta p/ Transf.** |

☐ Retenções na Fonte | **Controlo Crédito** |

Tipo Imposto | Taxa | **Limite de Crédito** | € 0.000

☐ Autofaturação | **Classificação Estatística (COFE)** |

Data início | ☐ Usa IVA de Caixa | ☒ Exp. Pag. Automáticos

Data fim | ☐ Sem Direito a Dedução de IVA |

Fonte: Derovo S.A

Relatório de Estágio na Empresa Deroovo S.A.

Anexo 3 - 3ª Parte Abertura Fornecedor

The screenshot shows a software interface for 'Abertura Fornecedor' (Supplier Opening). The window title is 'Ficheiro Ver Tabelas Entidades Stocks Vendas Compras Tesouraria Contabilidade Janela Ajuda'. The menu bar includes 'Ficheiro', 'Ver', 'Registos', 'Ligar', 'Utilitários', and 'Ajuda'. The toolbar contains various icons for file operations and data management. The main form is titled 'Informações' and has several tabs: 'Moradas', 'Outras Informações', 'Contactos', 'Contabilidade', 'Campos adicionais', and 'Consultas'. The 'Moradas' tab is active, showing a 'Gerais' sub-tab. The form contains the following fields and options:

- Código:** 22.1.1.0001
- Nº Contribuinte:** 501160418
- Nome:** Execra - Execução De Escritas, Lda.
- Zona:** (dropdown menu)
- Intrastat:** (dropdown menu)
- Porto/Aeroporto:** (dropdown menu)
- Modo Transporte:** (dropdown menu)
- Cond. Entrega:** (dropdown menu)
- Categ. Artigos:** (dropdown menu)
- Grupo Entidade:** FSE
- Actividade:** (dropdown menu)
- Situação:** (dropdown menu)
- CAE:** (dropdown menu)
- Dt. Abert.:** 13/04/2000
- SSCC:** (text field)
- Gera SSCC:** (checkbox)
- Documentos Electrónicos:**
 - ☐ Faturação Electrónica (Entidades Publicas)
 - ☐ Identificador na Rede
 - ☐ Documentos Electrónicos Email
 - Email:** (text field)
- Exportação DESADV:**
 - ☐ Exp. DESADV
 - EDI:** (text field)
 - GLN:** (text field)

Fonte: Deroovo S.A

Relatório de Estágio na Empresa Derovo S.A.

Anexo 4 – 1ª Parte Abertura Ativo

Fonte: Derovo S.A

Anexo 5 – 2ª Parte Abertura Ativo

Fonte: Derovo S.A

Anexo 6 – 1ª Parte Entrega Declaração IVA Espanhol

0 Aquisição

Dados da Aquisição

Referência

Data de Emissão

2023-07-15

☐ Fatura Simplificada

Dados do Fornecedor

Nome

Emitido por

ESPAÑA

Tipo de Identificação

☒ IVA ☐ Outro

Prefixo

ES

Número

Rua

Edifício

Andar

Apartamento

Fonte: Derovo S.A

Anexo 7 – 2ª Parte Entrega Declaração IVA Espanhol

Códigos \ Sub-códigos	Descrição
1. Combustível	Editar

N.º de Registos **1** [Adicionar Linha](#)

Dados da Transação

Valor Tributável	Valor do IVA	Moeda
7 139,75	1 449,35	Euro

Dados da Dedução

Pro Rata	Valor do IVA Dedutível
%	1 449,35

Documentos Adicionais

Pode anexar aqui os vários documentos adicionais, até um total de 5 Mega Bytes de informação (no conjunto dos vários ficheiros)

[Procurar...](#)

Fonte: Deroovo S.A